



**Escola Nacional de  
Administração Pública**

Availdo Luis de Alcântara Azevedo

**PROJETO DE INTERVENÇÃO INSERÇÃO DO PARQUE  
ESTADUAL DA PEDRA DA BOCA NA ECONOMIA DE  
ARARUNA.**

Trabalho de conclusão de curso  
apresentado como parte dos  
requisitos para obtenção do título  
de Especialista em  
Desenvolvimento Local e  
Objetivos do Desenvolvimento  
Sustentável

Professor Orientador: Prof. Dr.  
João Mendes da Rocha Neto

Brasília – DF  
Julho/2019

# **PROJETO DE INTERVENÇÃO INSERÇÃO DO PARQUE ESTADUAL DA PEDRA DA BOCA NA ECONOMIA DE ARARUNA**

Autor (es): Availdo Luis de Alcântara Azevedo

Especializando em Desenvolvimento Local e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Período(s): Novembro 2019/Setembro 2020

E-mail: availdoazevedo@yahoo.com.br

Instituição de Ensino: Escola Nacional de Administração Pública - ENAP

Local de estágio: Araruna PB

Orientador: Prof. Dr. João Mendes da Rocha Neto

## **Resumo**

A economia nos pequenos municípios brasileiros é precária e a busca por soluções é necessária, entre elas está à exploração do turismo. Em plena região semiárida, o município de Araruna na Paraíba sobrevive da agropecuária, porém há anos enfrenta um processo de estiagens que afetou a sua debilitada economia. A aposta no turismo de base comunitária para melhorar o quadro passa pela integração do agricultor familiar, o microempresário e a população nativa neste processo. Com vários os atrativos turísticos, em entre eles, a Pedra da Boca o mais conhecido, situado no parque Estadual homônimo criado em 2000 e que apesar da falta de estrutura básica, recebe anualmente milhares de turistas. O problema é que o município não recebe os gastos turísticos que fica com outro município mais próximo ao parque. Este projeto tem o objetivo de inserir o Parque Estadual da Pedra da Boca (PEPB) na economia do município via sua interligação com os demais atrativos turísticos, através do mapeamento, sinalização e ativação de uma rede de trilhas de 80 km, tendo o parque como uma porta de entrada e permitindo que o turista alcance todo o município, permanecendo mais tempo e gerando renda para os atores envolvidos de forma sustentável, justa e equânime.

Economia Municipal; Araruna; PEPB; Turismo, Geração de Renda.

## Sumário

1	Introdução.....	04
2	Problema.....	05
3	Justificativa .....	06
4	Objetivos.....	15
	4.1 <i>Objetivo geral</i> .....	15
	4.2 <i>Objetivos específicos</i> .....	15
5	Revisão de Literatura .....	16
6	Metodologia .....	23
7	Cronograma .....	24
8	Recursos necessários.....	27
9	Resultados esperados .....	30
10	Referências bibliográficas .....	32

## Introdução

Os pequenos municípios brasileiros dependem basicamente da transferência de recursos financeiros da União para a sobrevivência. Massardi (2016) chama a atenção para uma urgente reforma no modelo de federalismo que tem levado os pequenos municípios a uma dependência do Fundo de Participação dos Municípios.

Araruna, no Estado da Paraíba é um exemplo dessa situação, a receita tributária em 2018, foi de apenas 1,97% da receita total, essa dependência é avassaladora, pois, condiciona o município a mero repassador de recursos para pagamento de salários e aniquila a possibilidade de investimentos, atrelando os entes municipais a dependência das emendas parlamentares para a realização de alguma obra estruturante que nem sempre condiz com a necessidade do município.

Distante, dos grandes centros, sem portos, aeroportos, estradas duplicadas, incapazes de instalar um parque industrial ou comercial, os municípios de pequeno porte começam a investir no turismo como ação para fomentar um lastro financeiro a partir da utilização dos atrativos turísticos locais, entretanto, a carência de pessoal, equipamentos e serviços turísticos, infraestrutura de apoio, planejamento e conhecimento tem levado a resultados insuficientes e descrédito o que coloca em risco o aproveitamento da atividade turística, a única capaz de permear inúmeras atividades em cadeia.

Araruna é geograficamente beneficiada pela natureza, porém, ainda distante de uma exploração turística sustentável e capaz de beneficiar economicamente o município. O Parque Estadual da Pedra da Boca (PEPB) localizado no município, é um exemplo de um atrativo turístico natural com bom fluxo e que apesar de bem visitado, mesmo sem dispor de equipamentos turísticos adequados, proporciona resultados financeiros para municípios vizinhos.

Além do parque há uma série de atrativos naturais, históricos, arqueológicos e geográficos a espera de uma exploração sustentável e que seja capaz de gerar dividendos para o município que busca uma identidade após os percalços que tem afetado a sua histórica função de produção agrícola. O turismo é a fonte esperada para o seu fortalecimento econômico. Este estudo procura contribuir na busca de uma solução para o problema através de uma proposta efetiva e que se referendada poderá produzir bons resultados.

## 2. Problema

Araruna é um município de pequeno porte e a exemplo dos demais na mesma classificação enfrenta uma situação econômica desfavorável; com o declínio da agricultura busca um caminho alternativo para se soerguer economicamente, sua geografia é repleta de atrativos, entre estes está o Parque Estadual da Pedra da Boca criado no ano 2000, através do Decreto Estadual n.º 20.889 de 7 de fevereiro de 2000. Sua posição distante 22 km da sede do município tem dificultado a Araruna se beneficiar economicamente, pois, o parque está mais próximo ao município de Passa e Fica RN, sendo que este é que consegue absorver o gasto turístico de um bem natural não incrustado em seu território.

Entre a cidade e o parque há uma demanda potencial com um acervo de atrativos turísticos, geográficos, históricos, culturais e de população, capazes de modificar a realidade atual. O município está categorizado no Mapa do Turismo Brasileiro (D).

O Projeto de Intervenção para titulação no Curso de Especialização em Desenvolvimento Local e Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) oportuniza uma análise do problema e vem propor um Projeto que além da análise da situação, identifica uma solução para modificar quadro atual através da integração do Parque Estadual da Pedra da Boca pelo turismo de base comunitária aos demais atrativos do município, via mapeamento, identificação e ativação de 80 km de trilhas em toda extensão do município visando à exploração do turismo comunitário no âmbito municipal de maneira sustentável, aliando acesso viável, boa sinalização, promoção inteligente e uso de novas tecnologias.

### 3 Justificativa

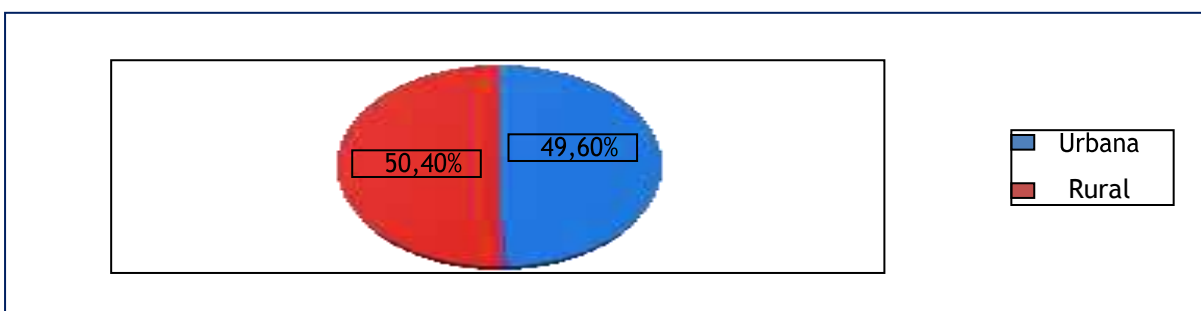
O município de Araruna PB foi criado pela Lei n.º 616 de 10 de julho de 1876, seu nome provém do vocábulo indígena Araraúna (arara-preta) ave da família psitacídea, espécie *Anodorhynchus hyacinthinus* (lath), a rainha das araras cuja plumagem azul- cobalto ao longe parecia preta, daí a denominação arara-preta. O município sobrevive economicamente dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios, aposentadorias rurais e programas de distribuição de rendas do Governo Federal como o Programa Bolsa Família.

Araruna outrora foi celeiro agrícola explorando desde o café no início do século XX ao algodão, sisal, feijão e mandioca. A partir dos anos 90, atingida por longos períodos de estiagens e sem assistência técnica e financeira adequada entrou em decadência, Coriolano (2009), destaca que esse problema também está relacionado à desagregação e desvalorização das formas tradicionais de produção, mesmo com a criação de 14 assentamentos no município a situação não se modificou.

Barreira e Paula (1998) em estudo realizado no Ceará afirmaram que projetos de assentamentos não ajudaram a reduzir o cinturão da miséria, embora haja assentamentos promissores espalhados pelo país.

A população estimada de Araruna em 2018 conforme o IBGE era de 20.215 habitantes. A população do município conforme censo 2010 (IBGE) alcançava 18.879 habitantes, assim distribuída (50,40%) na zona rural e 49,60% na zona urbana, relação que vem se modificando a cada ano e agora com mais pessoas na cidade.

**Gráfico 1 - Distribuição da população – Urbana e rural**



Fonte IBGE

Mapa 1 - Mapa Estatístico Municipal – Araruna PB



IBGE – Adaptação do autor

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Araruna era de 0,567 IBGE (2010), o município está situado na faixa de Desenvolvimento Humano Baixo (IDHM entre 0,5 e 0,599). O IDHM passou de 0,381 em 2000 para 0,567 em 2010 - uma taxa de crescimento de 48,82%.

Gráfico 2- IDH Araruna PB 1991, 2000, 2010 – Longevidade, Renda e Educação



Fonte: IBGE

Os dados do município são preocupantes conforme mostra a tabela abaixo:

Tabela 1 – Dados do município de Araruna

Dados	Araruna	Microrregião	Estado	País
População	20.235	2º	35º	1750º
PIB per capita	6.925,90	3º	182º	4803º
IDEB – Anos iniciais do EF	4,3	5º	123º	4221º
IDEB – Anos finais do EF	3,3	5º	117º	4460º
Esgotamento Sanitário Adequado	42%	1º	65º	2569º
Urbanização de vias públicas	8,3%	4º	63º	2981º
% das receitas oriundas de fontes externas	95,8%	3º	94º	612º

Fonte adaptado IBGE (2018)

No tocante à economia o valor adicionado bruto segundo cálculo do IBGE apresentou os seguintes valores em 2015:

Tabela 2 – PIB Valor adicionado Araruna PB (2015)

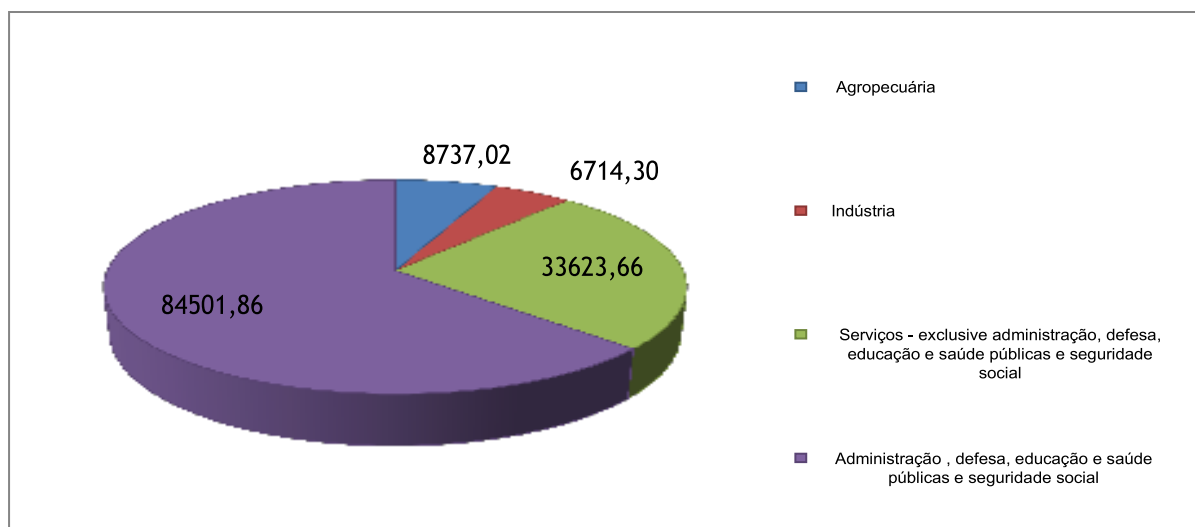
<b>SÉRIE REVISADA</b>	<b>133.577,04</b>	<b>(x 1000) R\$</b>	
<b>Atividade Econômica</b>			
Agropecuária	8.737,02	(x 1000) R\$	6,54%
Indústria	6.714,50	(x 1000) R\$	5,03%
Serviços	33.623,66	(x 1000) R\$	25,17%
Administração, Defesa, Educação e Saúde Pública e Seguridade Social.	84.501,86	(X 1000) R\$	63,26%

Fonte: adaptado IBGE (2018)

Na maioria dos municípios de pequeno porte no nordeste o valor adicionado em Administração, Defesa, Educação, Saúde Pública e Seguridade Social atinge um patamar muito superior as demais atividades, Araruna não foge a regra e depende quase totalmente dos recursos federais. Enquanto isso o Produto Interno Bruto, em 2017, foi de R\$138.871,27 e o PIB per capita de R\$ 6.925,90.



Gráfico 3 - Composição do valor bruto adicionado de Araruna PB (x1000)



Fonte: Adaptado de IBGE (2015)

O município de Araruna apresentou uma receita corrente no exercício de 2018 de R\$44.170.177,32 (Prefeitura + Fundo Municipal de Saúde), deste total, 95,11% advém de transferências correntes. As transferências constitucionais são caracterizadas no Brasil pelo fluxo vertical, a União transfere para Estados e Municípios, e o Estado para os municípios. No caso de Araruna o FPM se apresenta como a maior receita com o valor de R\$16.028.544,82. Conforme Santos e Santos (2014) o Fundo de Participação dos Municípios representa, por um lado, a principal fonte de receita para a maioria das prefeituras brasileiras, por outro, tem uma relevância inversamente proporcional ao tamanho do município, pois é muito mais importante para os municípios menores que para os maiores.

Percentual da Receita Tributária em relação à Receita Orçamentária – Araruna PB/2018		
Código	Receita Ordinária	Valor (R\$)
11180111	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Principal	13.267,48
11130311	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principal	478.974,33
11180231	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Principal	278.187,42
11180141	Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais	24.328,63
11210111	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	61.448,79
11220111	Taxas pela Prestação de Serviços - Principal	12.393,50
	<b>Receita Tributária</b>	<b>868.600,15</b>
	<b>Receita Orçamentária</b>	<b>44.170.177,32</b>
	<b>Percentagem da Receita Tributária em relação a Receita Orçamentária</b>	<b>1,97%</b>

Fonte: TCE/PB

A receita tributária representou apenas 1,97% da receita corrente, totalizando R\$868.600,15, o Imposto sobre a renda- Retido na Fonte representou a maior arrecadação R\$478.974,33, enquanto o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU teve uma arrecadação ínfima de apenas 13.267,48.

O município possui uma rede pública municipal de educação com 26 escolas e creches nas zonas urbana e rural; na rede estadual são duas escolas de ensino médio, sendo uma de ensino integral, sedia o Campus VIII na Universidade Estadual da Paraíba com cursos de Engenharia Civil, Odontologia, Física e o Polo Virtual da Universidade Federal da Paraíba com cursos de licenciatura.

A malha rodoviária é constituída pela PB 111 que acessa as rodovias que se destinam a João Pessoa, Natal e Campina Grande e a PB 125 que liga o município a divisa com o Rio Grande do Norte, na saúde conta com 08 unidades de Saúde da Família e 01 Pronto Atendimento, conta com 01 hotel, 10 pousadas e 380 leitos.

O Parque Estadual da Pedra da Boca (PEPB) foi criado através do Decreto n.º 20.889 de 7 de fevereiro de 2000, localizado na comunidade Água Fria, no município de Araruna Curimataú Oriental da Paraíba, tem uma superfície de 157,268 ha, entre as seguintes coordenadas geográficas: Lat.: 06° 26' 57, 07" sul e log: 35° 40' 35, " WGR, lat.: 06° 27' 14,89" sul e log: 35°40'15,16" WGR, lat.: 06° 27 '52 ,01" sul e log: 35° 40' 58, 49" WGR e lat.: 06° 27' 40, 31" sul e log.: 35° 40' 13, 23". Situa-se a uma distância rodoviária de 22 km da sede do município de Araruna e a 02 km da sede do município de Passa e Fica RN.

Foto 1 –Entrada do Parque Estadual da Pedra da Boca (PEPB) com sinais de abandono



Foto: Autor

Foto 2 - Complexo rochoso da Pedra da Boca (PEPB) Araruna PB – Inverno 2019



Foto: Autor

Foto 2 - Complexo rochoso da Pedra da Boca (PEPB) Araruna PB – Verão 2019



Foto: Wellington Rafael (Cedida)

A unidade de Conservação Parque Estadual da Pedra da Boca tem classificação da IUCN (União Internacional para Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais) Category II, cujos objetivos são a preservação dos ecossistemas

naturais; resguardar atributos excepcionais da natureza conciliando a proteção integral da flora, da fauna e das belezas naturais, com objetivos educacionais, recreativos e científicos. É uma reserva ecológica e ambiental de proteção integral, caracterizada por formação rochosa com características excepcionais, onde são encontradas diversas grutas, pedras, inscrições rupestres, contornadas por uma mata nativa do tipo caatinga, que precisa ser preservada e aproveitada em atividades científicas, esportivas e turísticas. No entorno do parque foi construído um anfiteatro para celebrações religiosas e que recebe a cada mês no dia 13, centenas de romeiros e no dia 13 de maio a Romaria de Fátima com milhares de pessoas sendo alvo de críticas de ambientalistas e acampamentos turísticos. A área é administrada pela Superintendência de Meio Ambiente da Paraíba (Sudema). O parque apesar de não possuir uma estrutura adequada recebe turistas do Brasil e exterior.

Destarte, esse quadro de drástica situação financeira, o município de Araruna contrasta com uma beleza geográfica e histórica de um município com 143 anos de emancipação política, cuja beleza foi retratada pelo médico, jornalista e ensaísta Peregrino Júnior em sua posse na ABL saudando Antônio Joaquim Pereira da Silva, poeta imortal ararunense e primeiro paraibano a ter assento da Academia Brasileira de Letras, “Agacha-se pitoresca e tranquila, nos últimos contrafortes da Borborema, sobre a claridade polida do sol do Nordeste”.

Nosso poeta maior Pereira da Silva (1876/1944), assim retratou sua infância em Araruna:

Lembra-me bem da minha nobre terra,  
Tudo era verde. Havia sobre a serra  
Eternamente incensos de nevoeiro.  
E vales, montes, o ambiente inteiro,  
Era só flores, um montão de flores  
Em que eu fitava os olhos cismadores,  
Feliz de ver-me num torrão fecundo,  
Belo e floral como o jardim do mundo.

Uma bela terra presenteada pela natureza com um grande atrativo natural e histórico, onde o Parque Estadual da Pedra da Boca é referenciado



mundialmente, e foi considerado pelo site especializado [www.viajante.expedia.com.br](http://www.viajante.expedia.com.br) em pesquisa com 1000 pessoas como um dos 25 destinos secretos do país a ser visitado.

O município precisa trabalhar o sentimento de pertencimento, a integração do parque a outras belezas naturais e históricas do município como os cânions do Macapá, Serra Verde e Calabouço, os sítios arqueológicos, o centro histórico, as igrejas seculares cuja matriz é de beleza incontestável, a fazenda Maquiné que remonta ao período colonial, e o Santuário de Fátima. Este conjunto de valor inestimável pode ser explorado de forma sustentável para o turismo de aventura, ecológico, contemplativo, religioso e em especial o turismo de base comunitária, priorizando um novo horizonte econômico com a preocupação sempre em trabalhar a sustentabilidade.

Foto 3 - Mapa turístico, Igreja Stº Antonio, Igreja Matriz, Mercado Cultural e trilhas.



Fotos cedidas: Carla Belke/Ricardo Câmara Acervo Ascom/PMA

O projeto de intervenção em ação visa construir um diagnóstico e apontar soluções para que o Parque Estadual da Pedra da Boca venha a contribuir economicamente com o município já que atualmente beneficia diretamente o município de Passa e Fica RN. Qual a melhor forma de vencer a distância entre o

parque e a cidade, como integrar essa potencialidade turística na melhoria da matriz econômica turística de Araruna através da exploração sustentável e do incremento do turismo de base comunitário, pois, é uma área conhecida no Brasil e até internacionalmente e funcionará como fonte de divulgação de outras belezas naturais e históricas do município menos conhecidas. A elaboração de um projeto de intervenção do turismo local com ênfase na integração, sustentabilidade e empoderamento da população local através da criação de uma rede de trilhas mapeadas, identificadas e interligadas a partir do Parque e disseminada pelo município fomentará um incremento financeiro importante ao incorporar o agricultor familiar a uma nova realidade de participação e empoderamento alinhados aos ODS:

2.3 Até 2030, dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente das mulheres, povos indígenas, agricultores familiares, pastores e pescadores, inclusive por meio de acesso seguro e igual à terra, outros recursos produtivos e insumos, conhecimento, serviços financeiros, mercados e oportunidades de agregação de valor e de emprego não agrícola

8.3 Promover políticas orientadas para o desenvolvimento que apoiem as atividades produtivas, geração de emprego decente, empreendedorismo, criatividade e inovação, e incentivar a formalização e o crescimento das micro, pequenas e médias empresas, inclusive por meio do acesso a serviços financeiros.

8.9 Até 2030, elaborar e implementar políticas para promover o turismo sustentável, que gera empregos e promove a cultura e os produtos locais.

10.2 Até 2030, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra;

12. Assegurar padrões de produção e de consumo, sustentáveis;

12.b Desenvolver e implementar ferramentas para monitorar os impactos do desenvolvimento sustentável para o turismo sustentável, que gera empregos, promove a cultura e os produtos locais.

Os benefícios dessa ação tem o condão de contribuir para o sentimento de pertencimento e do empoderamento da população nativa e dos agricultores familiares do município.

## **4 OBJETIVOS**

### **4.1 *Objetivo Geral***

Analisar o aproveitamento econômico do Parque Estadual da Pedra da Boca pelo município de Araruna PB.

### **4.2 *Objetivo Específico***

- Elaborar um Diagnóstico da realidade atual, e promover a participação das organizações públicas, iniciativa privada e agricultores familiares no projeto.
- Propor um plano de ação do projeto analisando o diagnóstico realizado.
- Sensibilizar a gestão local e a população quanto ao sentimento de pertencimento do parque.
- Indicar estratégias para a integração do parque aos demais atrativos do município

## 5 Revisão de Literatura

Para Gomes (2000) municípios de porte pequeno como é caso de Araruna são quase totalmente dependentes das transferências de impostos, notadamente federais como é o caso do Fundo de Participação dos Municípios e das transferências dos Governos Estaduais (ICMS). Em 2018 a arrecadação tributária no município em tela foi da ordem de 1,9% da receita corrente, ínfima em relação ao desejável.

Clementino (1997) afirma que no nordeste a fragilidade financeira é palpável e a dificuldade em arrecadar os seus próprios impostos é acentuada. Filho (2009) alerta para a necessidade de se aumentar a capacidade de arrecadação própria por parte dos municípios, é o caso de Araruna onde a arrecadação tributária é limitada, como no caso do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) cobrado tão-somente quando o proprietário necessita de comprovação documental e procura a Prefeitura para quitar seu débito.

Para Malta (2017), o turismo pode ser ativo propulsor na melhoria da arrecadação, renda per capita e formalização de emprego. O estímulo ao turismo conforme a Organização Mundial do Turismo (OMT) já tornou a segunda maior atividade econômica do mundo, representando uma real oportunidade para reverter o quadro atual. A premente necessidade financeira começa a delinear uma nova forma de encarar o turismo em pequenos municípios com alto potencial de aproveitamento como é o caso de Araruna.

Souza (2014) afirma que no Nordeste, o sol e mar constituíram um excelente atrativo que proporcionou imensos empreendimentos na área de hotéis, resorts e que levou a construção civil e o ramo imobiliário a grande sucesso, esse modelo já encontra dificuldade de expansão, ensejando a interiorização do turismo em suas variadas formas, é com ênfase neste diapasão que Araruna busca se integrar a esse processo.

Rocha Neto (2007) adverte sobre o privilégio do domínio concedido aos grandes grupos principalmente no ramo hoteleiro em relação aos pequenos empresários. Esses empreendimentos exploram o turismo descaracterizando e marginalizando a população local. Mendes (2004) alerta que os gigantescos



projetos de turismo concentram renda, mudam a paisagem e torna espaços que são públicos em ambientes privados, não constituindo solução aos pequenos municípios, daí a necessidade da exploração turística capaz de agregar valor as comunidades e melhorar a vida da sua gente via projetos sustentáveis e participativos como o turismo de experiência que pode ser explorado no município ararunense.

Teixeira (2017) conclui que Araruna possui pontos turísticos cada vez mais atrativos e a atração “é o elemento (base) para a exploração de um produto ou destino”. (FERNANDES et al. 2009). Há uma variável extensa desde o turismo de aventura até o religioso que podem ser explorados no município, desvinculando-o da sazonalidade da produção agrícola em queda atualmente.

Decussati (2013) afirma que a Pedra da Boca, localizada na Unidade de Conservação (proteção integral) Parque Estadual da Pedra da Boca, criado em 2000, constitui um atrativo para turistas de todas as idades, o município foi agraciado pela natureza e bem aquinhoado pela história. O parque constitui a porta de entrada e sua integração aos demais atrativos, viabilizará uma rede de possibilidades no turismo local.

Resende (2010) constata que as Unidades de Conservação enfrentam problemas passando pela carência de recursos, falta de funcionários, plano de manejo como é o caso do PEPB que até esta data não dispõe de um Plano de Manejo e cujo Conselho Gestor efetivamente foi constituído há pouco tempo em dezembro de 2018 e seu Regimento aprovado em agosto de 2019. A ausência de uma infraestrutura básica de apoio ao turismo, a falta de indicadores econômicos do turismo e de uma instância de governança regional são alguns dos problemas a serem enfrentados.

Lopes e Santos (2014) acrescentam que “o Projeto de Lei n.º 2892 de 1982 que criava o Sistema de Unidades de Conservação só veio a ser aprovado em 2000 através da Lei n.º 9985/2000”, que veio a coincidir com a criação do referido parque, como no mesmo ano houve a criação da unidade de conservação Parque Estadual da Pedra da Boca a pressa influenciou na efetivação dos procedimentos necessários a época.

Shiavet e Forest (1999) afirmam que as Unidades de Conservação sejam federais ou estaduais devem praticar o turismo ecológico e através dos rendimentos

viabilizados na recepção aos turistas adquirir um lastro financeiro que seja aplicado na sua própria conservação. Essa constatação direciona a um erro de avaliação na criação do PEPB, não houve preocupação em criar um mecanismo financeiro para manutenção do parque.

Da Silva e Maia (2008) relatam o fato da destruição do patrimônio natural, inscrições rupestres, e a população nativa colocada margem do processo e pouco beneficiada nas UCs. É fato que o Parque Estadual da Pedra da Boca recebe anualmente muitos turistas e que não há um controle de entrada que permita calcular a quantidade, origem, frequências de visitas e valores efetivamente gastos; no mesmo diapasão não há investimentos público e privado em seu entorno e a destruição de inscrições rupestres constitui um dano definitivo.

Belinassi et. al (2011) aponta as questões referentes a situação fundiária indefinida, conflitos com populações humanas dentro das UCs, escassez de recursos humanos e financeiros, como principais problemas relacionados à baixa efetividade da gestão das UCs. Teixeira (2007) afirma que no caso do PEPB, houve remanejamento de família e as indenizações pagas pelo Estado da Paraíba foram consideradas irrisórias, fato que levou a uma aversão da comunidade local e dificulta a sua integração.

Decussati, (2013) analisa que o PEPB não proporcionou melhoria na condição de vida para a comunidade local. A criação do parque atendeu a questão legal, mas, não ocorreu o estabelecimento de uma infraestrutura adequada e sequer houve a adoção de um plano de manejo até a presente data. Essa indefinição ocasiona uma letargia, pois impede o real aproveitamento de sua potencialidade. É preciso resgatar a autoestima dos atores locais para a perfeita consecução do objeto desejado.

Gorni et al. (2010) conclui que a ausência de cooperação entre o poder público e a iniciativa privada dificulta o turismo de natureza e faz prosperar uma visão individualista prejudicial ao processo. Silva (2013) informa que o Parque Estadual da Pedra da Boca, ressentido de uma ação governamental na melhoria da trafegabilidade de rodovia vicinal, que diminuiu de 22 para 11 km a distância do parque a cidade, há um compromisso público do Governo Estadual de pavimentar essa estrada a partir do ano 2020 e o município busca promover um inventário da oferta turística e a roteirização turística.

Tagasako (2010 apud BLAKE, 2008), constata que a economia do turismo não beneficia a pobreza na África Oriental, mas, no Brasil impactou positivamente na redução da pobreza ao empregar muitas pessoas gerando um eficiente setor criador de emprego. A projeção do turismo na geração de benefícios econômicos para a população é um assunto a muito tratado na literatura mundial e brasileira, Comune (1991) acredita no turismo como agente transformador da vida econômica e social das populações.

A Organização Mundial do Turismo (OMT), aponta que o turismo sustentável pode ser entendido como “o turismo que considera plenamente seus atuais e futuros impactos econômicos, sociais e ambientais, abordando as necessidades dos visitantes, da indústria, do meio ambiente e das comunidades locais”. O estabelecimento do turismo sustentável de base comunitária trará a possibilidade de beneficiar a população nativa próxima ao parque.

Souza (2014), conclui que há um processo de descentralização do turismo que agora passa e se destinar a rincões interioranos, a localização do Parque Estadual da Pedra da Boca a 120 km de Campina Grande, 125 de Natal e 165 km de João Pessoa, permite uma situação privilegiada, sendo que através de Natal ocorre o maior fluxo de pessoas ao parque através de várias agências de turismo, a implantação do aplicativo Easy Tour ([www.easytour.com.br](http://www.easytour.com.br)) ao qual o município de Araruna está integrado, e o coloca como destino turístico inteligente e integrado, encurtando a distância física.

Tonini (2006 apud PINE; GILMORE, 1999), ressalta que a economia de experiência trabalha o conhecimento e a emoção, onde o consumo de um produto além de satisfazer a necessidade permite outras satisfações subjetivas; é fato que Araruna tem uma história cultural e gastronômica e de costumes evidenciada que pode ser efetivamente explorada no turismo de experiência.

Para Bartholo e Sansolo, et.al. (2009 apud BENI, 2004) é um tipo de experiência que permite ao turista ser o ator principal de seus desejos; bem receber, ambiente agradável, cativante atividades diferenciais e inovadoras, geram sonhos que necessitam ser materializados. Bursztyn (2009) cita a Bolívia como um país que abraçou esta prática desde 2006 quando lançou um Plano Nacional de Turismo voltado ao apoio ao turismo comunitário.

No Brasil apenas em 2008 foi lançado pelo Ministério do Turismo lançou o primeiro edital reconhecendo esse modelo de atividade turística. Bartholo (2008) assevera que o turismo rural pode reduzir a pobreza e positivar impactos sociais e ambientais. Araruna possui uma área de 247 km em seu território e em mais de 100 km há atrativos distribuídos que podem ser incluídos no turismo comunitário.

Bursztyn (2012, p. 76), reflete que mesmo com poucos trabalhos científicos sobre os impactos econômicos gerados é possível asseverar a melhoria na qualidade de vida das comunidades abrangidas pelo turismo de base comunitária. Sansolo et al. (2009) afirma que essa variável de turismo cria uma identidade comunitária, agrega o trabalhador da agricultura familiar na sua própria terra onde comumente é excluído de todo o processo. Araruna é um município de identidade agrícola com 14 áreas de assentamento que podem ser envolvidas com êxito no processo.

Sampaio et al. 2007, acrescenta que essa forma de turismo gera um desenvolvimento territorial sustentável e não segrega os domiciliados não residentes e visitantes. Coriolano, (2009) descreve que a população residente consegue se envolver fortemente via cooperação e parceria no turismo de base comunitária. Vencer resistências e fazer a comunidade acreditar são desafios que começam a ser trilhados seguindo os princípios do turismo sustentável. Os resultados iniciais em Araruna tem refletido essa assertiva com um resultado interessante a população começa a integrar esse processo.

Maldonado (2009) afirma facilita a presença da população nativa além de trabalhar o pertencimento, a junção entre o turismo e o modo de vida do agricultor familiar desencadeia a autoestima e aproxima o agricultor do processo e por ser uma ação de pluriatividade assegura que o homem do campo não abandone a sua terra em um fluxo migratório intenso que tem deixado o campo desabitado. Araruna não difere e há um agravante além da falta de oportunidade no campo, a violência na zona rural tem contribuído para a evasão de pessoas e a força do turismo pode inverter essa realidade atual.

Silva et al. (2009) cita uma embasada argumentação do turismo de base comunitária

Contribui para a geração de emprego e renda locais, fortalece a governança local, em articulação com os demais atores envolvidos na

atividade turística; diminui os vazamentos de renda e fomenta o adensamento do mercado local; estrutura este segmento turístico face à crescente demanda turística em níveis nacional e internacional; agrega valor a destinos turísticos, por meio da diversificação dos segmentos a serem ofertados; promove padrões de qualidade e de segurança da experiência turística, tanto para a comunidade anfitriã quanto para os visitantes.

Sampaio et al. (2009) explica que o turismo de base envolve “uma relação social que se interessa pelo outro, pelo diferente, pela alteridade, pela autenticidade, respeitando a simplicidade das comunidades tradicionais, suas rotinas, seus jeitos de falar, cantar, dançar, comer”. Não retirar a essência de um povo, respeitar os seus costumes, sua história, assegurar a sustentabilidade é diminuir a resistência da população a implantação do turismo na realidade local.

Para Maldonado (2009) a força do turismo e a nova visão turística enseja uma oportunidade impar para os pequenos negócios comunitários calcados na originalidade, autenticidade, diferenciação e competitividade. Explorar economicamente o Parque é um desafio a longo prazo, mas, em curto prazo há a possibilidade de interligar o Parque, aos demais atrativos espalhados pelo município, criando uma porta de entrada através de 80 km de trilhas pelo município, tornado o turismo em Araruna não dependente exclusivamente do Parque Estadual da Pedra da Boca, mas, integrando todo o território com seus atrativos e gerando renda para todo o município

De Siqueira 2004 apud (DUTRA E HERCULIANI 1990) conceituam que “um sistema de trilhas é formado por um conjunto de caminhos e percursos construídos com diversas funções, desde a vigilância até o turismo”. CORREIA, (2014) cita “a importância das trilhas ecológicas, para ligar o homem ao meio natural, que aos poucos vem se afastando com a rotina de trabalho, o *stress*, a ambição por dinheiro”.

Sampaio et al. (2014) mostra que as trilhas alternativas são guiadas por moradores que repassam para o turista um pouco da história do local. Existem diferentes trilhas, cada qual com uma temática. A utilização de trilhas no Turismo de Base Comunitária é comum em Estados como Santa Catarina, São Paulo, Minas Gerais com ótimos resultados. Integrar a população, capacitar e trabalhar a sustentabilidade constitui o diferencial a ser implantado neste projeto.

Ferreira (2019) alerta que a necessidade que haja toda uma preparação técnica, burocrática e qualificação profissional para estruturação de uma trilha na natureza para prática turística sustentável. É preciso treinamento e a formação de guias e da população rural envolvida no processo.

A criação de 80 km de trilhas mapeadas, identificadas e interligadas será um meio de acesso significativo, uma ação capaz de vencer a questão da distância integrando o PEPB a todo município atendendo o mercado emissor e operadores de turismo. Ferreira (2019) cita as trilhas do cânion do Calabouço com 21 km, cânion Serra Verde com 7 km e Cânion do Macapá com 11 km, que conduzem os turistas por belas paisagens, mirantes, cachoeiras, lajedos, sítios arqueológicos. Segundo o IPHAN Araruna tem cadastrado 12% de todos os sítios arqueológicos registrados no Estado

## 6 Metodologia

Um projeto de Intervenção configura um elo entre pesquisa e ação. “pesquisa-ação é um termo que se aplica a projetos em que os práticos buscam efetuar transformações em suas próprias práticas” (BROWN; DOWLING, 2001, p. 152), “A pesquisa-ação surgiu dentro de um contexto caracterizado por várias preocupações teóricas e práticas que incidem na busca de novas formas de intervenção e investigação, na década de 1960, privilegiando a participação em vista da transformação da realidade” BALDISSERA 2001 apud (BROWN; DOWLING 2001, p. 152).

A técnica utilizada foi a coleta de dados através de pesquisa de artigos, teses, monografias sobre o tema em revistas, livros e na rede mundial de computadores e na análise de documentação da Sudema e Prefeitura de Araruna.

Foram usadas fontes e técnicas de coletas de dados. Nesse Projeto de Intervenção, foram utilizados documentos contendo informações oficiais registradas pela Prefeitura Municipal de Araruna e Superintendência do Meio Ambiente do Estado da Paraíba (Sudema), e análise de 30 trabalhos com referência aos pequenos municípios, unidades de conservação, Parque Estadual da Pedra da Boca e município de Araruna, além de dados do IBGE e TCE PB.

## 7 Cronograma

### 7.1 Partes Interessadas

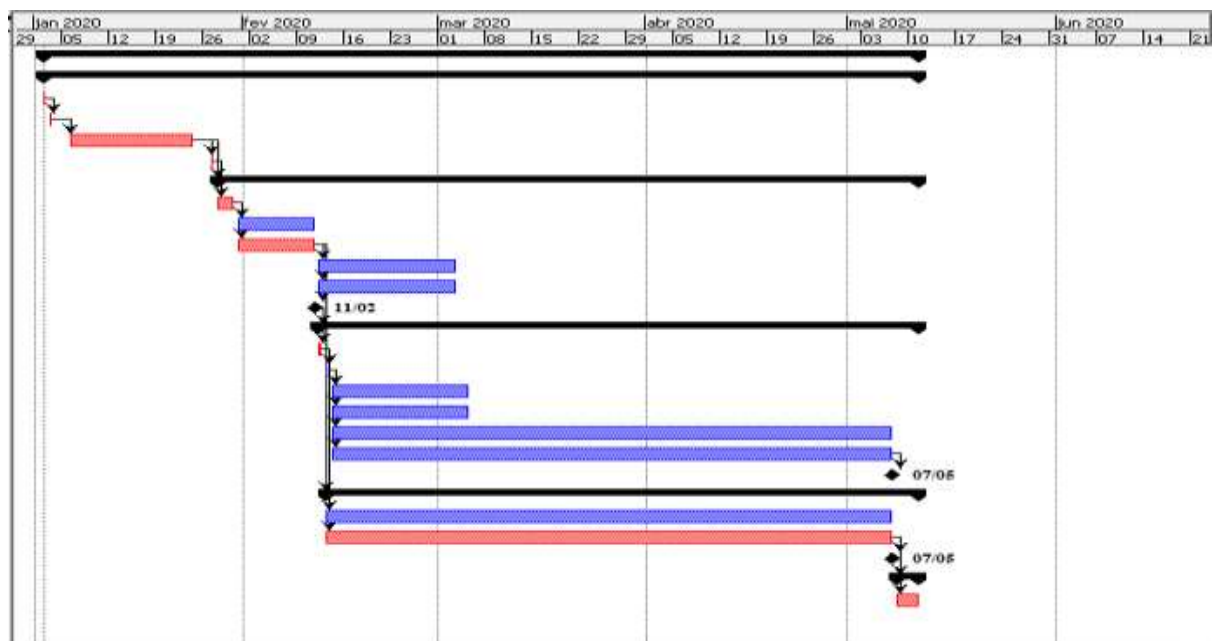
PARTES INTERESSADAS		FOCO DE INTERESSE	FORMA DE ABORDAGEM
01	Prefeito	- Fomentar o aproveitamento econômico e sustentável do PEPB. - Proporcionar geração de emprego e renda	Garantir o acesso as informações sobre a sequência do projeto.
02	Secretário de Turismo, Desenvolvimento Econômico e Rural	- Gerir de maneira sustentável as atividades relacionadas ao turismo e ao desenvolvimento econômico e rural. - Acompanhar e orientar o desenvolvimento do projeto	Acompanhar e manter-se informado sobre o andamento do Projeto.
03	Sebrae	- Parceria e apoio ao Poder público, acompanhamento da implementação do Projeto	Reunir periodicamente
04	Gerência de Projeto	- Projeto implantado e bem avaliado	Gerenciar e monitorar de todo o contexto do projeto e a execução.
06	Agricultores familiares e moradores do entorno do parque e de Araruna	- Geração de renda e emprego	Divulgação via mídias sociais, rádio e plataforma digital.

### 7.2 Cronograma de Marcos

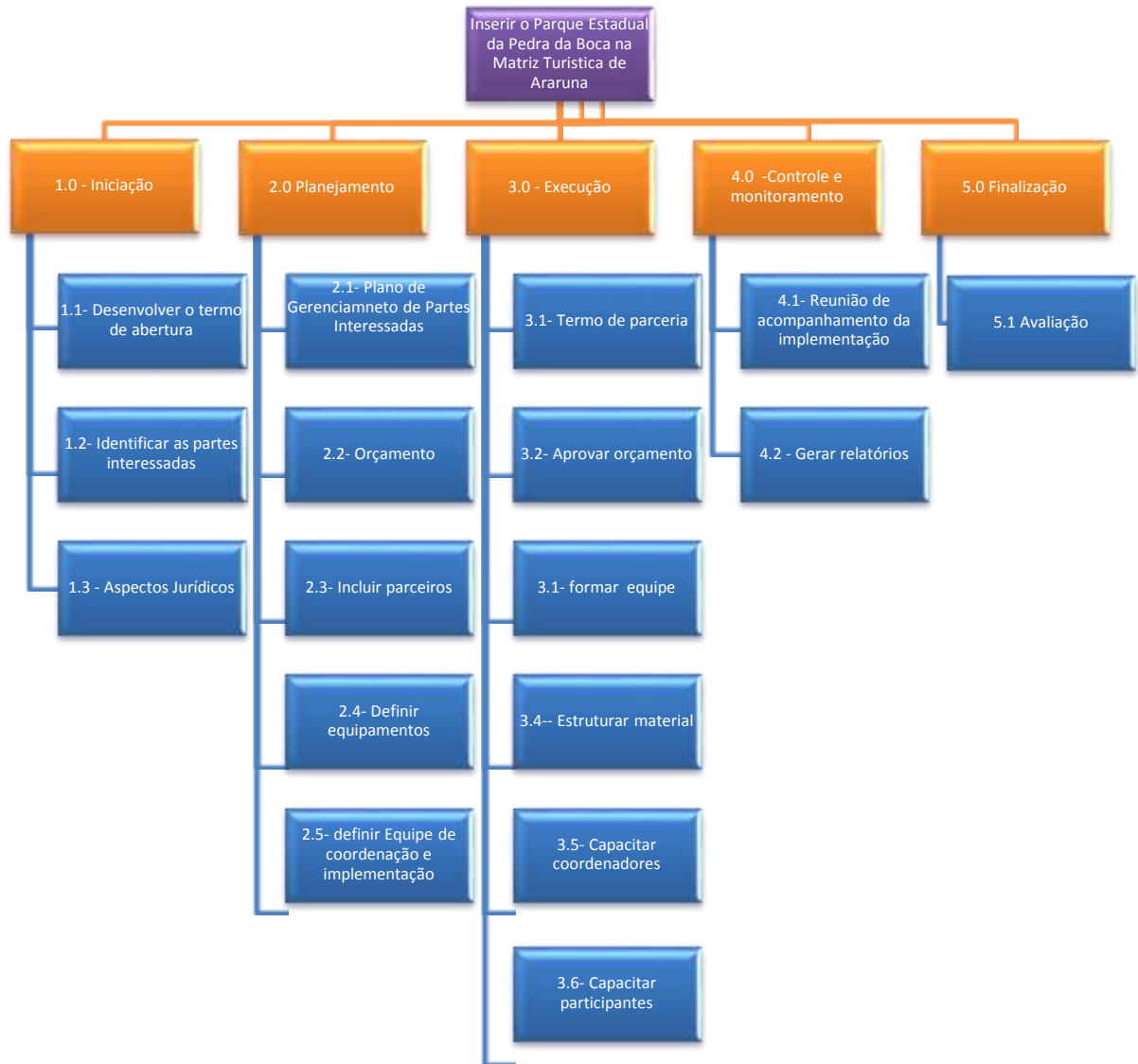
Marco do Projeto	Data da entrega
Início realizado	02/01/2020
Planejamento executado	27/01/2020
Execução encerrada	07/05/2020
Projeto executado	07/05/2020
Projeto avaliado	11/05/2020



	📌	Nome	Duração	Início	Fim	
1		<b>☑ Inserção do Parque Esta</b>	93 dias?	<b>02/01/20 08:00</b>	<b>11/05/20 17:00</b>	
2		<b>☑ Iniciação</b>	93 dias?	<b>02/01/20 08:00</b>	<b>11/05/20 17:00</b>	
3		Desenvolver o termo de	1 dia	02/01/20 08:00	02/01/20 17:00	
4		Identificar as partirs inter	1 dia	03/01/20 08:00	03/01/20 17:00	3
5		Aspectos Jurídicos	15 dias	06/01/20 08:00	24/01/20 17:00	4
6		Projeto iniciado	1 dia?	27/01/20 08:00	27/01/20 17:00	5
7		<b>☑ Planejamento</b>	75 dias	<b>28/01/20 08:00</b>	<b>11/05/20 17:00</b>	<b>5</b>
8		Plano de Gerendiamt	3 dias	28/01/20 08:00	30/01/20 17:00	6
9		Orçamento	8 dias	31/01/20 08:00	11/02/20 17:00	8
10		Incluir parcerias	8 dias	31/01/20 08:00	11/02/20 17:00	8
11		Definir equipamentos	15 dias	12/02/20 08:00	03/03/20 17:00	10
12		Definir equipe de coord	15 dias	12/02/20 08:00	03/03/20 17:00	10
13		Planejamento encerrad	0 dias	11/02/20 17:00	11/02/20 17:00	10
14		<b>☑ Execução</b>	64 dias	<b>12/02/20 08:00</b>	<b>11/05/20 17:00</b>	<b>13</b>
15		Termo de parceria	1 dia	12/02/20 08:00	12/02/20 17:00	13
16		Aprovar o orçamento	1 dia	13/02/20 08:00	13/02/20 17:00	15
17		Formar a equipe	15 dias	14/02/20 08:00	05/03/20 17:00	16
18		Estruturar material	15 dias	14/02/20 08:00	05/03/20 17:00	16
19		Capacitar coordena	60 dias	14/02/20 08:00	07/05/20 17:00	16
20		Capacitar participant	60 dias	14/02/20 08:00	07/05/20 17:00	16
21		Execução realizada	0 dias	07/05/20 17:00	07/05/20 17:00	20
22		<b>☑ Controle e monito</b>	63 dias	<b>13/02/20 08:00</b>	<b>11/05/20 17:00</b>	<b>10</b>
23		Reunião de acompa	61 dias	13/02/20 08:00	07/05/20 17:00	15
24		Gerar relatórios	61 dias	13/02/20 08:00	07/05/20 17:00	15
25		Projeto finalizado	0 dias	07/05/20 17:00	07/05/20 17:00	24
26		<b>☑ Finalização</b>	2 dias	<b>08/05/20 08:00</b>	<b>11/05/20 17:00</b>	<b>24</b>
27		Avaliação	2 dias	08/05/20 08:00	11/05/20 17:00	25



**Estrutura Analítica**



## 8 Recursos Necessários

As estimativas de custos das atividades são avaliações quantitativas dos prováveis custos necessários para executar o trabalho do projeto. Os custos estimados para contratação de Gestor de Projetos, Advogado e Equipe do Projeto, estão sendo apresentados de maneira detalhada no cronograma por custo mensal, custo hora + custo do serviço contratado (OSC capacitação), totalizando R\$56.850,00 (cinquenta e seis mil e oitocentos e cinquenta reais).

### 8.1 Papéis e responsabilidades

Nome	Papel	Responsabilidades
Vital Costa (Prefeito)	Responsável por aprovar o plano do projeto e liberar recursos. Patrocinador	Aprovar e classificar os projetos, estabelecer prioridades, alocar recursos, eger prioridades.
Availdo Azevedo	Gestor do Projeto	Elaborar Termo de Abertura do Projeto (TAP), elaborar os planos de projetos, monitorar e controlar suas fases, conduzir reuniões e reportar status do projeto, executar o projeto e atualizar os acompanhamentos, atuar como ponto central de contato para toda a comunicação, Analisar pontos críticos, apontando soluções e propondo melhorias, articular as ações corretivas necessárias. Se dirige ao patrocinador do Projeto
Ivana Samara	Assessora Jurídica	Emitir parecer jurídico sobre o projeto. Se dirige ao Gestor do Projeto.
Rogério Ferreira	Coordenador do Projeto	- Responsável pela coordenação da execução das atividades do projeto, - Ele se dirige ao Gerente do Projeto;
Ricardo Macedo	Planejamento	- Elaboração do Cronograma do Projeto; - Monitoramento do Planejamento.
Wellington Rafael	Comunicação	Coordenar a Comunicação e as divulgações com as partes interessadas
Sebrae	Stakeholder do Projeto	Parceria na implementação do Projeto; - Ele se dirige ao Gerente do Projeto;
Inova Turismo	Stakeholder do Projeto	- Organização da Sociedade Civil, responsável por executar o projeto.
Associações de Agricultores Familiares	Clientes do Projeto	- Pessoas para as quais o projeto é feito

## 8.2 Equipe do Projeto

Nome	Competência	Papel	Cargo / Função	Telefone(s)	E-mail
Availdo Luis	Nível Superior	Gestor do Projeto	Secretário de Turismo, Desenvolvimento Econômico e Rural	83-999999992	availdosec@gmail.com
Ivana Samara	Nível Superior	Assessorar juridicamente	Assessora Jurídica	83-999999994	ivanaasj@gmail.com
Rogério Ferreira	Nível Superior	Coordenador do Projeto	Assessor	83-999999995	ricardopjt@gmail.com
Ricardo Câmara	Nível Superior	Planejamento	Diretor de Turismo	83-999999996	Rogério100@gmail.com
Edvaldo Costa	Nível Superior	Pessoal da Equipe de Projeto	Secretário Executivo de Turismo	83-999999997	<a href="mailto:Edvaldoepjt@gmail.com">Edvaldoepjt@gmail.com</a>
Wellington Rafael	Nível Superior	Pessoal da Equipe de Projeto	Diretor de Cultura	83-999999998	Wellingtonepjt@gmail.com



Quantidade	Material	
100	Camisetas com logo	2.500,00
01	Locação de veículo	6.000,00
800	Litros de gasolina	3.500,00
20	Papel ofício A4	340,00
1000	Mapas de trilha confeccionados	2.000,00
100	Lápis	150,00
100	Cadernos	1.000,00
100	Escarcelas	300,00
01	Quadro	300,00
20	Pincéis	100,00
20	Banners com patrocinadores	600,00
01	Página de site	1.500,00
01	Aplicativo para Android	2.000,00
Total R\$		20.190,00

### Equipamentos

Quantidade	Equipamento	Orçamento
300	Totem em cimento	6.000,00
350	Azulejos pintados	1.050,00
Total R\$		7.050,00

### Aquisições e contratações necessárias

Quantidade	Tempo	Função	Modo de contratação	Orçamento
01	04 meses	Coordenador de Projetos	Contratação de serviços	4.000,00
02	30 dias	Trabalho de alocação em campo	Contratação de serviços	3.000,00
01	240 hs	OSC (Capacitação e Consultoria)	Termo de Fomento com OSC fundamento na Lei Federal n.º 13.019, de 31 de julho de 2014, alterada pela Lei nº 13.204, de 14 de dezembro de 2015	24.000,00
				31.000,00

### Orçamento

Quantidade	Material	
100	Camisetas com logo	2.500,00
01	Locação de veículo/ 30 dias	3.000,00
600	Litros de gasolina	3.000,00
20	Papel ofício A4	340,00
1000	Mapas de trilha confeccionados	2.000,00
100	Lápis	150,00

100	Cadernos	1.000,00
100	Escarcelas	300,00
01	Quadro	300,00
20	Pincéis	100,00
20	Banners com patrocinadores	600,00
01	Página de site	1.500,00
01	Aplicativo para Android	2.000,00
01	Coordenador do Projeto	6.000,00
01	Advogado	2.000,00
01	Equipe de projetos	8.000,00
01	OSC (Capacitação e Consultoria)	24.000,00
	Total R\$	<b>56.850,00</b>

## 9 Resultados esperados

O projeto de Intervenção ao final de sua execução colocará em utilização 80 km de trilhas devidamente mapeadas, identificadas e interligadas e promoverá o alinhamento do município aos ODS a seguir elencados:

2.3 Até 2030, dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente das mulheres, povos indígenas, agricultores familiares, pastores e pescadores, inclusive por meio de acesso seguro e igual a terra, outros recursos produtivos e insumos, conhecimento, serviços financeiros, mercados e oportunidades de agregação de valor e de emprego não agrícola.

Os agricultores familiares envolvidos no projeto serão devidamente informados, e os agentes locais capacitados para de forma integrada serem engajados em arranjos produtivos do turismo de base comunitária e que todos aqueles que desejem participar sejam recepcionados melhorando a sua renda através dessa nova oportunidade e o Parque estadual da Pedra da Boca será a via de entrada ao município modificando a realidade substituindo o excursionista, pelo turista aumentando a permanência média no município gerando uma atividade econômica constante que venha proporcionar um incremento de renda para os agricultores familiares, e microempresários através da inserção no contexto turístico valorizando as comunidades, aumentando a arrecadação de impostos, com indução de desenvolvimento e crescimento, geração de empregos, incentivo a melhorias de infraestruturas locais para a população e conservação da cultura, costumes e meio ambiente e o município promovendo sustentabilidade alinhado aos ODS.

8.3 Promover políticas orientadas para o desenvolvimento que apoiem as atividades produtivas, geração de emprego decente, empreendedorismo, criatividade e inovação, e incentivar a formalização e o crescimento das micro, pequenas e médias empresas, inclusive por meio do acesso a serviços financeiros.

A inclusão dos agricultores familiares e nativos da área do parque no projeto fomentará o empreendedorismo e a criação de novas atividades e melhorará o acesso a novas tecnologias e acesso a programas de crédito através da produção associada ao turismo.

8.9 Até 2030, elaborar e implementar políticas para promover o turismo sustentável, que gera empregos e promove a cultura e os produtos locais.

A adoção do projeto tem a finalidade precípua de implementar uma política turística local, baseada na participação da população campesina, onde o turismo de experiência será executado de forma a preservar a cultura, os costumes, a gastronomia, o valor turístico e a sustentabilidade.

10.2 Até 2030, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra;

O Projeto será centrado em um contexto de empoderamento e inclusão do agricultor familiar, nativos e microempresários, sendo viabilizado em rede para atender a todos com interesse em participar.

12. Assegurar padrões de produção e de consumos sustentáveis;

A sustentabilidade será a tônica do projeto e norteará todo o processo de criação, execução e implantação sempre respeitando a capacidade de carga ou de suporte.

12.b Desenvolver e implementar ferramentas para monitorar os impactos do desenvolvimento sustentável para o turismo sustentável, que gera empregos, promove a cultura e os produtos locais.

O acompanhamento será contínuo e o envolvimento da população será buscado, seus costumes, cultura e o meio ambiente serão preservados, e a promoção de renda será efetivamente bem distribuída e com equidade.

## Referencias Bibliográfica e outras Referências

BARTHOLLO, Roberto; SAN SOLO, Davis Gruber; IVAN, Bursztyn. Turismo de Base Comunitária: Diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

BELLINASSI, Suelen; PAVÃO, Ana Carolina; CARDOSO-LEITE, Eliana. Gestão e Uso Público de Unidades de Conservação: um olhar sobre os desafios e possibilidades. **Revista Brasileira de Ecoturismo (RBE cotur)**, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 274-293, 2011.

BRASIL. Sistema IBGE de recuperação automática: **SIDRA**. Banco de dados agregados.2015. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp>, 2015. Acesso em: 05. Ago. 2019.

BRASIL. Sistema IBGE de Recuperação Automática - **SIDRA**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 18 jan. 2019.

BURSZTYN, Ivan; BARTHOLLO, Roberto; DELAMARO, Maurício. **Turismo para quem? Sobre caminhos de desenvolvimento e alternativas para o turismo no Brasil. Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem**, p. 76-91, 2009.

CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda. Realismo das finanças municipais no Nordeste. **Soares, JA (org.). O orçamento dos municípios no Nordeste Brasileiro. Brasília, DF: Paralelo**, v. 15, 1998.

COMUNE, Antonio Evaldo. Turismo e meio ambiente na Amazônia• perspectivas econômicas do turismo ecológico. **Revista Turismo em Análise**. São Paulo, v.2 n.1, p.53-61, maio 1991.

CORIOLOANO, L. N. M. T. O turismo comunitário no nordeste brasileiro. **Turismo de Base Comunitária: diversidades de olhares e experiências brasileiras, por R. BARTHOLLO**, 2009.

CORREIA, Bruna Haydée. Trilha do Bolonha: análise da capacidade de carga turística como ferramenta de desenvolvimento turístico e uso racional de espaços



públicos naturais em área urbana. In: **Anais do V Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental Belo Horizonte/MG**. 2014

DA SILVA, Josilene Henriques; DE AZEVEDO MAIA, Fabiana Britto. O TURISMO NO PARQUE NACIONAL DO CATIMBAU: avaliação dos benefícios da atividade percebidos pelos moradores. **Turismo Visão e Ação**, v. 10, n. 2, p. 204-220, 2008

DE SIQUEIRA, Lauren Fernandes. Trilhas interpretativas interpretativas: uma vertente responsável do (eco) turismo. **Caderno Virtual de turismo**, v. 4, n. 4, p. 79-83, 2004.

DECUSSATTI, Dênis Davi de Oliveira et al. Desenvolvimento, turismo e qualidade de vida: uma análise do Parque Estadual Pedra da Boca-Araruna/PB. 2013.

DO NASCIMENTO LOPES, Elfany Reis; SANTOS, Adriana Melo. Turismo e recursos naturais: o lugar das unidades de conservação no ecoturismo. **Nature and Conservation**, v. 7, n. 1, p. 48-60, 2014

FERREIRA, Rogério dos Santos. Gestão Participativa em Unidades de Conservação: caso do Parque Estadual Pedra da Boca, 2006

FERREIRA, Rogério dos Santos. Plano de Ação Emergencial do Parque, Plano. Estadual da Pedra da Boca. **João Pessoa: SUDEMA**, 2004

GOMES, Gustavo Maia; DOWELL, Mac; CRISTINA, Maria. Descentralização política, federalismo fiscal e criação de municípios: o que é mau para o econômico nem sempre é bom para o social. 2000.

GORNI, Patrícia Monteiro; DREHER, Marialva Tomio. Estratégias Intersetoriais no Desenvolvimento do Turismo de Natureza: desafios e perspectivas. **Revista Turismo em Análise**, v. 21, n. 3, p. 567-593, 2010.

MALDONADO, Carlos. O turismo rural comunitário na América Latina: gênese, características e políticas. **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: **Letra e Imagem**, p. 25-44, 2009

MALTA, Guilherme Augusto Pereira; FARIA, Diomira Maria Cicci Pinto. PERSPECTIVAS DA REDUÇÃO DA POBREZA PELO TURISMO: PROPOSTA METODOLÓGICA PARA A ANÁLISE DO PROJETO DE 65 DESTINOS INDUTORES DO DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO REGIONAL EM MINAS

GERAIS (2007/2010). **RDE-Revista de Desenvolvimento Econômico**, v. 3, n. 35, 2017.

MASSARDI, Wellington de Oliveira; ABRANTES, Luiz Antônio. Dependência dos municípios de Minas Gerais em relação ao FPM. **Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade**, v. 1, n. 6, p. 173-187, 2016.

MENDES, Eluziane Gonzaga; LIMA, Luiz Cruz; CORIOLANO, Luzia Neide MT. OS EMBATES DA REESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO LITORÂNEO CEARENSE PELO TURISMO (clashes of the restructuring of the ceará coastal zone by tourism). **Mercator**, v. 3, n. 6, 2004.

REZENDE, José Luiz Pereira et al. Avaliação da gestão das UC do Sistema Estadual de Áreas Protegidas de Minas Gerais. **Embrapa Amazônia Oriental-Artigo em periódico indexado (ALICE)**, 2010.

ROCHA NETO, João Mendes da. Os impactos sociais, econômicos e culturais do turismo em populações nativas e ambientes naturais: o caso de Pipa-RN. Dissertação (Mestrado em Administração) UFRN, Natal, 1997

ROSA, J. H. Modelagem preditiva para identificação de potencial arqueológico como suporte a políticas de planejamento. 2019. Tese de Doutorado. Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento – PRODEMA Universidade Federal da Paraíba

SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce et al. Turismo comunitário a partir de experiências brasileiras, chilenas e costarriquenha. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 8, n. 1, p. 42-58, 2014.

SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce; CARVALHO, Moreno Bona; DE ALMEIDA, Fernando Henrique Ribeiro. Turismo comunitário: projeto piloto montanha beija-flor dourado (micro-bacia do rio sagrado, Morretes, Paraná). **Turismo-Visão e Ação**, v. 9, n. 2, p. 249-266, 2007.

SCHIAVETTI, Alexandre; FORESTI, Cetina. Turismo em unidades de conservação: parques estaduais de Campos do Jordão. **Revista Turismo em Análise**, v. 10, n. 1, p. 47-57, 1999.

SILVA, Katia TP; RAMIRO, Rodrigo C.; TEIXEIRA, Breno S. Fomento ao turismo de base comunitária: a experiência do Ministério do Turismo. **Turismo de base**

**comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, p. 359-373, 2009.**

SILVA, Wellington Rafael da. Desenvolvimento urbano e regional da/na Cidade de Araruna-PB. 2013.

SOUZA, Poema Isis Andrade de. Setor de turismo, desenvolvimento econômico e desigualdade de renda: um estudo para a Região Nordeste do Brasil, a partir da matriz insumo-produto inter-regional. 2014.

TAKASAGO, Milene et al. O potencial criador de emprego e renda do turismo no Brasil. 2010

TEIXEIRA, Darlene. Análise do Parque Estadual Pedra da Boca como fator atrativo para o desenvolvimento de atividades turísticas. 2017.

TONINI, Hernanda. Economia da experiência: o consumo de emoções na “região uva e vinho”. **Revista brasileira de pesquisa em turismo**, v. 3, n. 1, p. 90-107, 2009.

.

